

SUMÁRIO

LISTA DE ABREVIATURAS.....	29
-----------------------------------	-----------

À GUISA DE INTRODUÇÃO: POR QUE UM CURSO DE SENTENÇA PENAL?.....	33
<i>(Fabrício Castagna Lunardi)</i>	

Capítulo I

ORIENTAÇÕES GERAIS SOBRE A PREPARAÇÃO PARA A SENTENÇA PENAL DO CONCURSO	37
--	-----------

(Luiz Otávio Rezende)

1. Regras gerais constantes da resolução n. 75/09 do Conselho Nacional de Justiça	37
2. Orientações práticas de preparação – técnicas de redação da sentença penal	41
2.1. Início da preparação – aquisição da técnica de elaboração da sentença por meio de treinamentos com exercícios simulados	41
2.2. Treinamento – orientações práticas	42
2.2.1. A correta administração do tempo	42
2.2.2. Esquema prévio ou roteiro lógico da sentença antes de se iniciar a resposta	43
2.2.3. Material de apoio ao treinamento	46
2.2.4. Caligrafia – aperfeiçoamento e aspectos relativos ao uso da letra de forma	47
2.3. Aspectos essenciais da linguagem e da fundamentação da sentença	48
2.3.1. Sentença completa e com linguagem clara, concisa, correta e organizada	48
2.3.2. Atenção especial às especificidades do problema (datas e imputação penal), bem como às questões cognoscíveis de ofício	50
2.3.3. Observância obrigatória da orientação dos Tribunais Superiores (jurisprudência e entendimentos sumulados) e referências legais	52
2.4. Prova de sentença determinada – adaptação do treinamento às características da prova – orientações específicas	54
2.4.1. Análise das provas anteriores – estilo, extensão do questionamento e limitação de linhas	54
2.4.2. Pesquisa do perfil dos examinadores – estilos de redação, estruturação de parágrafos e fundamentação por esses adotados	58

Capítulo II**ESTRUTURAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA SENTENÇA 61***(Fabício Castagna Lunardi)*

1. Requisitos da sentença	61
2. Forma de exposição dos elementos da sentença	62
3. Preâmbulo	64
4. Ementa	65
5. Relatório da sentença criminal	66
5.1. Funções do relatório	66
5.2. Questões redacionais	66
5.2.1. A expressão “Vistos etc.”	66
5.2.2. Aspectos linguísticos, ordenação e conteúdo do relatório	67
5.2.3. Tempo verbal e verbos comumente utilizados	68
5.3. Estruturação e modelo de relatório	69
5.4. Relatório no caso de dois ou mais processos sendo julgados simultaneamente	71
5.5. Frase de transição	71
5.6. Relatório dispensado – técnicas de leitura e anotação a partir do relatório proposto pela Banca Examinadora	72
6. Fundamentação	73
6.1. Definição, função, redação, estruturação e conteúdo da fundamentação	73
6.2. Paradigma de fundamentação: artigo 315, § 2º, do CPP	77
7. Preliminares ao mérito	79
7.1. Questões introdutórias	79
7.2. Ordem de apreciação das preliminares (ao mérito)	80
7.3. Rol de preliminares do art. 564 do CPP	80
7.4. Preliminares (ao mérito) mais comuns na praxe judicial e em concursos públicos	82
7.4.1. Incompetência (CPP, art. 564, I)	82
7.4.1.1. Aspectos gerais sobre competência	82
7.4.1.2. Foro por prerrogativa de função e desmembramento do feito em relação aos corréus	82
7.4.1.3. Competência da Justiça Federal	83
7.4.1.4. Competência de Juizado Especial Criminal	85
7.4.1.5. Conexão ou continência	86
7.4.1.6. Foro competente, juízo competente, distribuição e preven- ção	88
7.4.1.7. Desclassificação para crime de competência de outro juízo	89

7.4.1.8. Convolução dos atos do juiz incompetente pelo juízo competente	90
7.4.1.9. Dica para concurso e modelo de redação	90
7.4.2. Legitimidade das partes (CPP, art. 564, II)	91
7.4.3. Nulidades (CPP, art. 564, III, 'a' a 'p', IV, e parágrafo único)	92
7.4.4. Citação	95
7.4.5. Produção antecipada de provas	95
7.4.6. Defesa preliminar em crimes funcionais	97
7.4.7. As provas ilícitas, a teoria dos frutos da árvore envenenada e a teoria da fonte autônoma de prova	99
7.4.8. Interceptação telefônica, gravação telefônica e gravação ambiental ...	101
7.4.9. Prova emprestada	104
7.4.10. Questões referentes à busca e apreensão	106
7.4.11. Laudo pericial	110
7.4.12. Provas obtidas no exterior	112
7.4.13. Colaboração Premiada	113
7.4.14. Investigação realizada pelo Ministério Público	117
7.4.15. Ausência do Ministério Público na audiência de instrução	119
7.4.16. Ausência da Defesa técnica constituída na audiência de instrução	120
7.4.17. Inversão da ordem de oitiva de testemunhas, oitiva de testemunha na ausência do réu, inquirição de testemunha pelo sistema "cross examination" e ordem de quem pergunta	120
7.4.18. Carta precatória	122
7.4.19. Reconhecimento de pessoas	124
7.4.20. Interrogatório do réu	127
7.4.21. Identidade física do juiz	129
7.4.22. Inépcia da inicial por inadequação na capitulação jurídica – impossibilidade	130
7.5. Modelos	130
8. Preliminares de mérito	131
8.1. Aspectos introdutórios	131
8.2. Morte do agente	132
8.3. Anistia, graça ou indulto	132
8.4. <i>Abolitio criminis</i>	134
8.5. Prescrição	137

8.5.1. Aspectos introdutórios e espécies	137
8.5.2. Prescrição da pretensão punitiva	138
8.5.3. Prescrição retroativa	140
8.5.4. Prescrição intercorrente ou superveniente	141
8.5.5. Causas suspensivas e interruptivas da prescrição	142
8.5.6. Prescrição da pena de multa	143
8.5.7. Prescrição e concurso de crimes	143
8.6. Decadência	143
8.7. Perempção	144
8.8. Renúncia do direito de queixa ou pelo perdão aceito	145
8.9. Retratação do agente, nos casos em que a lei a admite	145
8.10. Perdão judicial	146
8.11. Pagamento do débito tributário	148
8.12. Modelos	148
9. Questões prejudiciais	149
10. Mérito propriamente dito	150
10.1. Aspectos introdutórios e estruturação	150
10.2. Materialidade do crime	153
10.3. Autoria do delito	154
10.3.1. Concurso de pessoas: coautoria e participação	155
10.4. Tipicidade	158
10.4.1. Possibilidade de nova definição jurídica do fato: <i>Emendatio Libelli</i> e <i>Mutatio Libelli</i>	159
10.4.1.1. <i>Emendatio Libelli</i>	160
10.4.1.2. <i>Mutatio Libelli</i>	162
10.5. Antijuridicidade	164
10.6. Culpabilidade	164
10.7. Circunstâncias legais, que influenciam na pena	166
10.7.1. Circunstâncias qualificadoras	168
10.7.2. Causas de aumento e de diminuição de pena	168
10.7.3. Circunstâncias agravantes e atenuantes	169
11. Dispositivo	169
11.1. Aspectos gerais	169
11.2. Sentença condenatória	170
11.3. Sentença absolutória	172
11.4. Sentença absolutória imprópria	173

11.4.1. Quadro sinóptico da diferenciação entre a aplicação da pena privativa de liberdade e a medida de segurança	177
12. Individualização da pena (sentença penal condenatória)	178
12.1. Introdução	178
12.2. Sistema de aplicação da pena	179
12.3. Esquema prático de aplicação da pena pelo juiz	179
12.4. Dosimetria da pena (de acordo com o sistema trifásico)	180
12.4.1. Considerações iniciais	180
12.4.1.1. Quadro esquemático da diferenciação entre qualificadoras, circunstâncias judiciais, agravantes e atenuantes e causas de aumento e de diminuição na aplicação da pena	181
12.4.2. Início da dosimetria	183
12.4.3. Primeira fase de aplicação da pena	183
12.4.3.1. Circunstâncias judiciais do art. 59 do Código Penal	183
12.4.3.2. Circunstâncias judiciais em crimes específicos	193
12.4.3.3. Forma de calcular a pena-base	193
12.4.4. Segunda fase de aplicação da pena	198
12.4.4.1. Circunstâncias agravantes	199
12.4.4.1.1. Reincidência (art. 63 do CP)	201
12.4.4.2. Circunstâncias atenuantes	203
12.4.4.3. Concurso de circunstâncias agravantes e atenuantes e preponderâncias	204
12.4.5. Terceira fase de aplicação da pena	205
12.4.5.1. Causas de aumento de pena	205
12.4.5.2. Causas de diminuição de pena	206
12.4.5.3. Concurso de causas de aumento e/ou de diminuição	207
12.4.6. Concurso de crimes	210
12.4.6.1. Aspectos introdutórios	210
12.4.6.2. Concurso material	211
12.4.6.3. Concurso formal	211
12.4.6.4. Crime continuado	213
12.4.6.5. Concurso formal e crime continuado	216
12.4.6.6. Concurso de crimes e pena de multa	216
12.4.6.7. Fundamentação em relação às três fases de aplicação da pena no caso de concurso de crimes – evitar repetições	216
12.4.7. Modelos	217
12.4.8. Limite máximo para a pena privativa de liberdade	220

12.5. Pena de multa	220
12.6. Regime inicial para o cumprimento da pena privativa de liberdade	226
12.6.1. Detração para fins de fixação de regime	229
12.6.2. Crimes hediondos	230
12.7. Substituição da pena privativa de liberdade por restritiva de direitos	231
12.7.1. Requisitos e critérios para a substituição da pena privativa de liberdade por restritivas de direitos	233
12.8. Suspensão condicional da pena (<i>sursis</i>)	235
12.8.1. Aspectos introdutórios	235
12.8.2. Espécies de <i>sursis</i>	237
12.8.2.1. <i>Sursis</i> simples (ou comum)	237
12.8.2.2. <i>Sursis</i> especial	238
12.8.2.3. <i>Sursis</i> etário	239
12.8.2.4. <i>Sursis</i> humanitário	239
12.8.3. <i>Sursis</i> e crimes hediondos e equiparados	240
12.8.4. Resumo	241
12.8.5. Modelos	241
13. Disposições finais	242
13.1. Efeitos da sentença penal condenatória	242
13.2. Efeitos extrapenais da sentença penal condenatória	243
13.2.1. Efeitos secundários extrapenais genéricos	243
13.2.1.1. Perdimento, em favor da União, dos instrumentos e do produto do crime	243
13.2.1.2. Reparação do dano	246
13.2.1.3. Perda alargada ou confisco especial	247
13.2.2. Efeitos secundários extrapenais específicos	247
13.2.2.1. Perda do cargo, função pública ou mandato eletivo	248
13.2.2.2. Incapacidade para o exercício do poder familiar, da tutela ou da curatela	250
13.2.2.3. Inabilitação para dirigir veículo	250
13.2.2.4. Vedação de nomeação, designação ou diplomação em qualquer cargo, função pública ou mandato eletivo entre o trânsito em julgado da condenação até o efetivo cumprimento da pena	251
13.2.3. Fixação de valor mínimo de indenização	251
13.3. Considerações finais obrigatórias	254

13.3.1. Liberdade ou prisão processual (análise do “direito de recorrer em liberdade”)	254
13.3.1.1. Expedição de mandado de prisão ou de alvará de soltura	257
13.3.2. Expedição de guia ou carta de sentença	257
13.3.3. Comunicação ao Tribunal Regional Eleitoral (sentença penal condenatória)	258
13.3.4. Inexistência de inscrição no rol dos culpados – extinção desse efeito da condenação	258
13.3.5. Intimação da vítima	259
13.3.6. No caso de sentença absolutória	259
13.3.7. Custas processuais	260
13.3.8. Determinação de arquivamento do processo	261
13.3.9. Outras providências (específicas)	261
13.4. Epílogo	261
13.5. Fecho ou parte autenticativa	262

Capítulo III

ASPECTOS ESSENCIAIS DOS CRIMES MAIS COBRADOS NOS CONCURSOS PARA O INGRESSO NA CARREIRA DA MAGISTRATURA 265

(Luiz Otávio Rezende)

1. Furto	266
2. Roubo	274
3. Extorsão	283
4. Estelionato	285
5. Estupro	295
6. Receptação	303
7. Associação Criminosa (quadrilha ou bando)	308
8. Corrupção de menores	312
9. Crimes envolvendo violência doméstica	315
10. Tráfico de drogas e Associação para o tráfico	324
11. Tabela com os crimes cobrados nos últimos certames da magistratura estadual e federal	339

Capítulo IV

SÚMULAS E PRECEDENTES DO STF E STJ (DIREITO PENAL E PROCESSUAL PENAL) 357

(Luiz Otávio Rezende)

1. Entendimentos sumulados dos Tribunais Superiores sobre direito penal e direito processual penal	357
--	-----

1.1. Superior Tribunal de Justiça	357
1.2. Supremo Tribunal Federal	364
2. Teses fixadas sob a sistemática da Repercussão Geral (STF)	366
3. Teses fixadas sob a sistemática de Recurso Repetitivo (STJ)	378

Capítulo V

PROVAS SIMULADAS 397

(Luiz Otávio Rezende)

1. Enunciados	398
1.1. Exercício 01 – crime contra a pessoa em situação de violência doméstica	398
1.2. Exercício 02 – crimes previstos em legislação especial e no Código Penal	401
1.3. Exercício 03 – crime contra o patrimônio em concurso com delito previsto em legislação especial	403
1.4. Exercício 04 – crime contra o patrimônio	408
1.5. Exercício 05 – crimes previstos em legislação especial	411
1.6. Exercício 06 – crime contra a pessoa, em concurso com delitos contra a liberdade individual	416
1.7. Exercício 07 – crimes previstos em legislação especial	422
1.8. Exercício 08 – crimes contra o patrimônio, contra a fé pública e previsto em legislação especial	425
1.9. Exercício 09 – crime contra o patrimônio	430
1.10. Exercício 10 – crime previsto em legislação especial	431
1.11. Exercício 11 – crime contra o patrimônio em concurso com delito previsto em legislação especial	434
1.12. Exercício 12 – crimes previstos no Código Penal	436
1.13. Exercício 13 – crime contra o patrimônio em concurso com crime contra a inviolabilidade dos segredos e delito praticado por particular contra a administração em geral	439
2. Espelhos Padrão	442
2.1. Exercício 1	442
2.2. Exercício 2	449
2.3. Exercício 3	452
2.4. Exercício 4	456
2.5. Exercício 5	459
2.6. Exercício 6	466
2.7. Exercício 7	471
2.8. Exercício 8	476

2.9. Exercício 9	480
2.10. Exercício 10	481
2.11. Exercício 11	483
2.12. Exercício 12	486
2.13. Exercício 13	490
 Capítulo VI	
SENTENÇAS DE CASOS REAIS	497
<i>(Luiz Otávio Rezende)</i>	
1. Art. 140, § 3º, do CP	498
2. Art. 171, § 3º, c/c os artigos 69 e 71, todos do Código Penal	503
3. Art. 217-a, § 1º e 217-a, § 1º, c/c 14, II, do CP	508
4. Art. 33, <i>caput</i> , da Lei nº 11.343/2006, art. 16, <i>caput</i> , da Lei nº 10.826/2003	514
5. Art. 121, § 2º, incisos I, III e IV, c.c. art. 14, inciso II, e art. 129, ' <i>caput</i> ', todos do Código Penal (Júri – pós-plenário)	536
6. Art. 121, § 2º, I e IV, por duas vezes, e art. 155, <i>caput</i> , duas vezes, e art. 121, § 2º, I e IV, duas vezes, arts. 180, <i>caput</i> , e 304, <i>caput</i> c/c art. 297, todos do CP (Júri – sentença de pronúncia)	542
7. Artigo 155, § 4º, c/c art. 14, inciso II, do Código Penal	550
8. Artigos 150, 147 e 129, § 9º, este último c/c art. 14, inc. II, todos do Código Penal ...	553
9. Artigo 168, § 1º, inciso III, do Código Penal	567
10. Artigo 333 do Código Penal	572
11. Art. 215-a e 216-A, <i>caput</i> e § 2º, do CP	576
12. Artigo 157, §2º, inciso II, do Código Penal	581
13. Artigo 1º, <i>caput</i> , inciso V, e § 1º, inciso I, da Lei n. 9.613/98	594
14. Art. 331 do Código Penal	604
15. Artigo 157, § 2º, I e II, do CP – Sentença posterior à Lei 13.654/2018	610
16. Artigo 158, § 1º do CP e art. 244-b da Lei 8.069/90	615
17. Artigo 147 do CP	624
18. Art. 334, § 3º, do CP	630
 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	637
 POSFÁCIO	640